

> Agosto 2023

REGRESSAR AOS «TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS»...

Desigualdade social, rejeição urbana e «combate à droga» perspectivados a partir do Porto

Portugal foi um dos primeiros países a olhar de frente a inoperância de uma política de «combate à droga» baseada na repressão, aplicando a partir de 2001 um modelo de descriminalização do consumo e de redução de riscos e minimização de danos. Mas o regresso aos «territórios psicotrópicos» sugere que só com respostas aos problemas socioeconómico, políticos e culturais se combatem as suas novas agudizações.

POR LUÍS FERNANDES, SIMÃO MATA & JOÃO QUEIRÓS

EXCERTO

O fenómeno da venda e do consumo de drogas ilegais é multifacetado, assumindo diferentes expressões de acordo com os contextos, os tipos de actores envolvidos e as substâncias utilizadas. Há certamente pouco em comum entre um jovem universitário que faz uma experiência psicadélica com LSD, *ayahuasca* ou cogumelos mágicos durante a realização do *Boom Festival*, em Idanha-a-Nova, e um sexagenário que foi estivador no porto de Leixões e que hoje toma diariamente metadona como substituto da heroína a que esteve «agarrado» durante mais de trinta anos. Neste artigo, incidiremos sobre aquela que se tornou a mais problemática das expressões do fenómeno, tanto pela quantidade de adições que produziu, como pelo alarme social em seu torno e pela centralidade que adquiriu no discurso mediático e no debate político. Referimo-nos aos consumos problemáticos de heroína e de base de cocaína em periferias sociais das grandes cidades, consumos progressivamente difundidos em cidades de menor dimensão, embora nestas com intensidades distintas, e hoje disseminados um pouco por todo o território nacional.

Poucos anos depois da revolução de Abril de 1974, a rápida modernização que o país viveu pô-lo também na rota internacional da distribuição de heroína e cocaína. Enceta-se, logo no início dos anos 1980, sobretudo em torno da heroína, um período que vai marcar a realidade portuguesa, trazendo para a ribalta mediática zonas situadas nos centros das cidades do Porto e de Lisboa atingidas pela pobreza e pela degradação urbanística — como foram, respectivamente, os casos da Sé e do Casal Ventoso —, mas também, e sobretudo, fazendo manchetes com bairros sociais de periferia até aí pouco menos do que desconhecidos do cidadão comum, como o Aleixo, no Porto, ou a Zona J de Chelas, em Lisboa.

A questão a que há que responder é a de saber porque se instalaram nestes «bairros da droga», como passaram a ser designados pela comunicação social, mercados de venda a retalho de produtos proibidos, a que estão associadas severas molduras penais de punição do crime de tráfico. Encurraladas pela sua quase inempregabilidade e, simultaneamente, pelo desejo de participar na cultura do consumo, as populações vulnerabilizadas pela subescolarização e pela segregação espacial e social correspondem bem ao actor colectivo sobre o qual convergem as contradições do nosso sistema económico e sociocultural. Se as «classes

perigosas» do século XIX resultavam do binómio urbanização-industrialização e eram uma figura da *agressão*, as populações desta periferia social urbana resultam do binómio desindustrialização-suburbanização e podem ser encaradas como figuras da *vitimação*. O mercado subterrâneo de drogas teve junto delas terreno favorável para o recrutamento de indivíduos dispostos a arriscar, como saída para a sua situação delicada de sobrevivência material e marcação simbólica negativa.

O que são «territórios psicotrópicos»?

Em torno destas práticas de comércio formaram-se zonas estáveis de concentração de utilizadores de heroína e base de coca. A comunicação social encarregar-se-ia de criar a figura dos «*hipermercados das drogas*», de que avultava, no Porto, o Aleixo. Foi a estas concentrações que passámos a chamar «territórios psicotrópicos», com as suas duas figuras centrais: o *dealer*, agente do comércio de retalho; e o «*agarrado*», adicto à heroína e não raras vezes coadjuvante do primeiro na angariação de clientes e na vigilância das aproximações policiais.

No final dos anos 1990, ao cabo de duas décadas de afirmação do fenómeno das «*drogas duras*» nestes contextos, estávamos perante uma situação que tinha como principais problemas: uma grande quantidade de dependentes de heroína, muitos deles por via injectada; uma acentuada subida das infecções pelo VIH e pelo vírus da hepatite B e C, em consequência da partilha de material de injeção; crescimento da pequena criminalidade, resultante da urgência em obter recursos para aliviar a abstinência; progressiva visibilidade de indivíduos conotados com a marginalidade, com destaque para a novidade que foi o «*arrumador de automóveis*»; prisões sobrelotadas pelo encarceramento em massa de actores das drogas.

Perante a dimensão desta crise social e sanitária, tornava-se evidente a total inoperância de uma política baseada na repressão. (...)

Cet article est réservé aux abonnés. Tamanho do artigo completo: 2 238 palavras.

ARTIGO RESERVADO A ASSINANTES

Escolha a sua modalidade de assinatura e crie a sua conta. [Assinar](#)



Já é assinante? Inicie sessão para aceder aos artigos do jornal. Identifique-se

LUÍS FERNANDES, SIMÃO MATA & JOÃO QUEIRÓS

Luís Fernandes e Simão Mata são psicólogos, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; João Queirós é sociólogo, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.